



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Internacionalismo de José Carlos Mariátegui			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Com o enfraquecimento do movimento operário na segunda metade do século XX, autores como Alain Touraine, Alberto Melucci e Jean Cohen passam a considerar novos elementos nos chamados novos movimentos sociais, como senso preponderantes diante da contradição capital-trabalho para os novos conflitos sociais. Em contrapartida, a análise internacionalista e anti-imperialista de José Carlos Mariátegui interpreta a realidade peruana fugindo do estigma dos autores dos novos movimentos sociais, depositado no campo marxista e sua perspectiva de luta de classes. Considerando que a chamada sociedade pós-industrial é, na realidade, expressão da continuidade do capitalismo na modalidade de capitalismo tardio, a análise anti-dogmática de Mariátegui serve de crítica da crítica feita ao marxismo por esses autores na medida em que reconhece o elemento do internacionalismo do capitalismo e seu desenvolvimento não-linear, isto é, desigual, a partir das diversas experiências nacionais em todo o mundo.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Sociedade pós-industrial, capitalismo tardio e internacionalismo			
ABSTRACT			
With the weakening of the workers movement in the second half of the twentieth century, authors like Alain Touraine, Alberto Melucci and Jean Cohen become to consider new aspects in the called new social movements, as overcoming in front of the capital-work contradiction for the new social conflicts. In other hand, the internationalist and anti-imperialist analysis of José Carlos Mariátegui interpretats the peruan reality scaping of the stigma of the new social movements authors, witch is puted in the marxist field and his class struggle perspective. Considering that the called post-industrial society is, in fact, expression of the continuing of the capitalism in the late capitalism model, the anti-dogmatic analisis of Mariátegui fits in a critique of the critique made to the marxism by this authors in a way that recognize the element of internationalism od capitalism and your development non-linear, in other words, unequal, starting from the several experiences in worldwide.			
KEYWORDS			
Post-industrial society, late capitalism and internationalism			

Introdução

A história da humanidade é a história da luta de classes e, no capitalismo, período histórico que a sociedade ocidental vive desde o século XVIII, seus protagonistas são a burguesia e o proletariado. Foi o que disse Karl Marx no *Manifesto Comunista*, pensamento reproduzido por milhões sobre a bandeira do comunismo e socialismo. Marx foi um pensador alemão que desenvolveu junto de Friedrich Engels uma nova perspectiva para o pensamento humano, influenciando a forma de enxergar a história, economia, e até mesmo as chamadas ciências naturais. Juntos realizaram profundas investigações sociais e desenvolveram um projeto político em torno de suas descobertas. Em vosso projeto de sociedade, a classe trabalhadora no mundo teria um papel protagonista na ruptura da humanidade com o sistema capitalista.

O que Marx e Engels admitiam ser a classe trabalhadora em seus trabalhos iniciais eram, basicamente, os trabalhadores assalariados das cidades. Massivamente isso colocava a figura do operário de fábrica, da ascendente revolução industrial, como simbólica para expressar o significado da classe trabalhadora da obra marxiana básica. Deste exemplo, era possível ver com nitidez a relação de exploração do trabalho, através da extração de mais-valia e a concretização plena da relação de capital, na relação da indústria com o mercado.

O modelo que foi adotado por muitos autores, ainda no século XIX e por todo o século XX, de classes sociais incorria na transposição natural entre o discurso do *Manifesto Comunista* e a análise social dos atores coletivos e individuais os remetendo a contradição capital-trabalho localizando-os como trabalhadores ou burgueses. Essa perspectiva enfrentou muitas adversidades promovidas pela própria forma como se desenvolveram as sociedades em todo o mundo, sob o domínio de Estados e empresas capitalistas. O capitalismo se globalizou, mas não com a mesma exata forma em todos os lugares. Isso porque a própria formação inicial do capitalismo na Inglaterra, primeiramente, e posteriormente em toda Europa considerou aspectos específicos da cultura desses povos.

Outro elemento chave para o debate marxista foi identificar que o desenvolvimento do capitalismo em diversos países respeitava uma diferença, a partir do período que os mesmos ocorriam. Nesse aspecto, mesmo na Europa haviam já claras diferenças entre a organização do capitalismo em países como Itália e Alemanha, com França e Inglaterra. Tais assertivas tornariam mais complexa a proposta de Marx e Engels, o que levaria a uma interpretação sobre o papel das classes sociais na teoria marxista mais cuidadosa do que sua mera reprodução nas diversas situações de surgimento e desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Mas para que serviria a teoria marxista diante de tantas múltiplas determinações? E mais, como identificar o capitalismo presente em tantas situações de exploração do homem sobre o homem sem incorrer num dogma ou padrão analítico ahistórico? Alguns marxistas ajudaram a pensar essas questões de maneira diferenciada, destacando-se Lenin e Trotsky.

A partir dos estudos do comunista russo Vladimir Illich Lenin, foi desenvolvido o conceito de imperialismo, que relacionava a relação capital-trabalho em âmbito internacional, superando o exemplo da exploração do operário de fábrica e seu patrão burguês. Os países capitalistas e seus Estados nacionais passavam a exercer ainda no século XIX e com mais vigor no século XX, um papel preponderante na exploração de trabalhadores dos chamados países periféricos (especialmente nas regiões da Ásia, África e América Latina). O imperialismo também poderia ser representado pela sua nova relação capitalista, a chamada fase do capital monopolista.

Lev Davidovich Bronstein foi um filho de fazendeiros ucraniano que recebeu o nome de “Trotsky” quando preso por enfrentar o regime czarista russo. Sua contribuição para o marxismo no

século XX passa essencialmente pelo resgate de uma visão que admitimos ser a de Karl Marx, no qual a aposta de expansão do capitalismo no mundo não passaria por esquemas fechados, mas sim um desenvolvimento desigual e sua apropriação de diversas culturas para reproduzir sua relação social fundamental, o capital. Um modo de produção capitalista poderia, em todo caso, se combinar com práticas culturais e comerciais pré-capitalistas sem isso gerar um retrocesso histórico. Ao contrário, o futuro do capitalismo no mundo, a partir de sua expansão imperialista, tese que Trotsky tinha profundo acordo de Lenin, dependeria de sua capacidade de absorver uma mão-de-obra de países culturalmente “atrasados”.

A perspectiva de Trotsky e Lenin renovou o projeto comunista no mundo e sua perspectiva sobre as classes sociais. Deu uma resposta para a discussão sobre sociedades que se formavam por um desenvolvimento industrial alternativo ao tradicional. Ao longo do século XX, no entanto, especialmente em sua segunda metade, o movimento dos trabalhadores se viu acuado por uma situação política extrema. Durante o período conhecido como Guerra Fria, a expressão dos anseios da classe trabalhadora, o comunismo soviético, abriu imensas lacunas no debate e movimento histórico prático de transição para uma sociedade socialista, isto é, para um caminho em que a humanidade pudesse viver sem opressão de classe. O desenvolvimento proposto por Marx pela luta de classes passava agora a ser questionado como, de fato, histórico.

Além disso, o desenvolvimento do capitalismo no mundo promoveu novas formas de relação social, política e culturais. Uma terceira revolução industrial se iniciou no período pós-Segunda Guerra mundial. Com o absoluto desenvolvimento tecnológico dos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, viabilizado por novas formas de organização das empresas, como os *trusts* e a companhia multinacional, a expressão das classes sociais teve sensíveis mudanças em todo o mundo. Isso porque nos chamados países de Terceiro mundo, a industrialização finalmente havia chegado e uma classe operária se formado.

A falta de perspectiva internacionalista (mesmo que apenas em seu aspecto metodológico) abriu margem para diversos autores das ciências sociais buscarem explicações para os fenômenos do século XX, admitindo o fim das classes sociais, ou pelo menos, a obsolescência das análises que levassem em conta esta categoria como central para suas explicações. Evidentemente, isso atingia diretamente o conjunto dos trabalhos de intelectuais que se alinhavam com o marxismo.

Especificamente, o processo histórico que relatamos aqui interferiu nas relações de produção e um crescimento da classe média nas principais potências do capitalismo. Nesse contexto, novas experiências de lutas sociais foram vistas e interpretadas, para muitos, como uma prova viva da perda da centralidade da relação capital-trabalho nas discussões sobre esses temas. Os chamados novos movimentos sociais são considerados, portanto, uma alternativa à classe trabalhadora como sujeito histórico revolucionário. Isso é dito tanto do ponto de vista do protagonismo social do

trabalhador nos conflitos sociais, quanto a partir da premissa de que a perspectiva dos movimentos sociais é uma revolução ou sequer uma ruptura com o sistema capitalista.

Em outra perspectiva, a obra do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui vai no sentido de analisar de maneira profunda a realidade de seu país de nascença e vivência, o Peru, para realizar uma contribuição inestimável sobre o conceito de imperialismo. A realidade peruana serviu como prova viva de uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo no mundo e a perspectiva não restrita às fronteiras nacionais de Mariátegui permitiu a ele que um novo olhar sobre as transformações sociais de seu país. Em nosso trabalho, destacamos o que definimos por *internacionalismo metodológico* para reconstruir uma visão sobre o marxismo pouco difundida na Europa décadas depois, com a ascensão de um pensamento intelectual voltado para a discussão sobre os chamados *novos movimentos sociais*.

Nesse sentido, vamos apresentar algumas idéias de alguns dos principais pensadores que estudaram os novos movimentos sociais, especialmente do intelectual francês Alain Touraine. Dessa maneira, nossa expectativa é, com esse artigo, avançar na discussão crítica sobre que alternativas as ciências sociais podem oferecer para o paradigma duramente criticado do progresso.

Sociedade pós-industrial e o pós-socialismo

A afirmativa de que, da segunda metade do século XX em diante, a chamada sociedade capitalista ocidental vivia um momento diferente, em que a contradição entre trabalhadores e burguesia era menos relevante para compreender os conflitos sociais, foi sustentada por uma nova caracterização dessa sociedade. Sociedade pós-industrial, sociedade programada e sociedade pós-moderna são algumas denominações escolhidas por diversos intelectuais e estudiosos dos conflitos, movimentos sociais e ações coletivas.

Nossa intenção aqui não é, em absoluto, reduzir a especificidade das diversas interpretações sobre uma possível superação da sociedade industrial, mas identificar e analisar um apontamento comum entre elas, que consideramos equivocada. Estamos falando aqui da subestimação da centralidade da luta de classes.

Segundo o crítico literário e marxista americano Fredric Jameson, esse novo momento da sociedade ocidental ainda é parte do capitalismo. Sua análise aponta que o chamado período “pós-moderno”¹ se tem quando há uma redução absoluta da natureza e o processo de modernização se completou, ou está cristalizado (JAMESON, 2007, p. 13). A “cultura” tornou-se a natureza de fato. O mercado e o produto substituíram a natureza em grande medida, ao contrário do período moderno, em que o espaço para a crítica da mercadoria tinha mais espaço, assim como seu esforço

¹ Que vamos aqui reconhecer como de uma sociedade que superou o moderno, mas não necessariamente apenas autores, artistas e intelectuais que aplicam a noção radical do pós-modernismo.

para superá-la. Nesse sentido “ O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (Idem, p. 14).

Outro tratamento para o conceito de “pós-moderno” está ligado a inúmeras análises que se aglutinaram, mesmo com grandes diferenças, para formar um novo gênero discursivo, definido por “teoria do pós-modernismo” (Idem). Evitamos a necessidade de afirmar aqui se os autores que debateremos são ou não enquadrados ou classificados como inseridos na categoria de teóricos pós-modernos. Segundo Jameson, o único elemento de unidade entre tais teóricos (ou o principal) é sua repulsa a ideia de historicidade. Tentando “medir a temperatura de uma época sem os instrumentos e em uma situação em que nem mesmo estamos certos de que ainda exista algo com a coerência de uma época” (Idem). A teoria do pós-modernismo é então dialética, pelo menos quando usa a incerteza como sua primeira pista e agarra-se a ela.

A primeira vítima do período pós-moderno é a história modernista, a noção de progresso, que é alvo dessa perspectiva de ruptura. “É certo que a história dialética afirmava que toda história funciona desse modo, como se fosse de pé esquerdo, progredindo, como disse uma vez Henri Lefebvre, por meio de catástrofes e desastres” (Idem, p. 15). Em outras palavras, a sociedade capitalista não seria superada (ou não foi) para os pós-modernos por uma sociedade superior, mais evoluída e, pela perspectiva marxista, com o fim das classes sociais. Desse raciocínio parte muito da crítica de Alain Touraine ao marxismo, considerando-a idealista por apontar o fim das classes como trajetória de progresso para a sociedade humana.

Touraine é um sociólogo francês, que destacamos aqui pelo sua discussão dentro da perspectiva de novos movimentos sociais. Seu ponto de partida está na consideração que o enfretamento da sociedade moderna industrial entre operário e capitalismo foi substituído pelos conflitos sociais. O desaparecimento do sonho da sociedade sem classes, sem conflitos (TOURAINÉ, 1983, p. 6-7) é justificado pelo rumo dos acontecimentos históricos testemunhados e analisados por esse autor.

Segundo Touraine, ao longo do século XX, muitos intelectuais foram comovidos pelo projeto comunista e as lutas por libertações nacionais de povos oprimidos no terceiro mundo (pelo combate ao imperialismo). Com as experiências totalitárias (nazismo e facismo) e a burocratização da União Soviética, alguns fizeram uma crítica a modernidade generalizada, rompendo com a esperança progressista de reconciliar a história com a liberdade, e prenderam-se a um anti-humanismo que iria tomar o poder e impor uma política repressiva² (TOURAINÉ, 1994, p. 182).

Por conta disso, para o sociólogo, na segunda metade do século XX houve uma ruptura entre a teoria e a prática, e sobre as ruínas do progressismo ficam, de um lado, a inteligência a serviço das

² Touraine associa essa consideração à escola estruturalista francesa, cujo maior expoente é Louis Althusser (TOURAINÉ, 1994, p. 182)

empresas (pragmatismo) ou de sucesso pessoal; e de outro, a visão de progresso contínuo da sociedade moderna como espaço de crescimento e difusão e controles sociais (Idem, p. 183).

Isso provocou duas reações intelectuais e políticas, a partir do maio de 68. A defesa de movimentos que superavam o centralismo jacobino, como o feminismo e os ambientalistas. E os intelectuais que se fecharam na crítica da sociedade moderna como uma máquina a ser manipulada. Porém, nos anos 80, um novo período de prosperidade, o pensamento crítico cedeu lugar a “pensamentos neoliberais e pós-modernismos”. Segundo Touraine, isso balizou os caminhos dos movimentos sociais novos, que caminham para um moralismo insípido ou num pragmatismo de visão curta (Idem, p. 184).

A melhor resposta do autor francês foi a recuperação constante do “espírito do Maio de 68”. Isso era expresso por uma perspectiva alternativa da análise sobre os conflitos sociais daquelas típicas do movimento operário. A oposição de Touraine aos movimentos sociais industriais (de classe) são porque os mesmos apontam para o progresso da razão e universalidade. O mérito da luta por direitos está na afirmação do sujeito, das minorias. Contestam a ordem dominante, transformando as vítimas dessa ordem em atores sociais. O movimento social, portanto, tem o papel de inclusão social de minorias na sociedade, que superou o paradigma comum a modernidade (TOURAINÉ, 1999, p. 88-9).

O movimento operário se definia pela defesa da autonomia operária contra a organização do trabalho, que logo se chamaria de *racionalização*. Tal movimento não se contenta em reivindicar melhores condições de trabalho e passa a defesa do sujeito operário. A consequência disso, segundo Touraine, foi que o mesmo ficou subordinado à ação política e partidos de esquerda, o que teria sido para o autor francês uma astúcia do espírito de racionalização, uma forma do mesmo de se impor sobre o movimento operário e reduzi-lo a uma ação de massa dirigido por um partido, que facilmente viraria poder ditatorial. A validade do movimento operário esteve em desprender os trabalhadores da organização do trabalho, construindo um poder compensador nas fábricas (TOURAINÉ, 1994, p. 252-3). Dessa maneira, o movimento operário expressava-se como uma metáfora da perspectiva de progresso da modernidade.

Outros autores caminharam no debate sobre os novos movimentos sociais de maneira semelhante (porém com distinções) a Touraine. Citamos aqui dois deles.

A cientista política americana Jean L. Cohen produziu em sua análise sobre os novos movimentos sociais alguns pontos em comum com Alain Touraine, especialmente no que se refere ao debate deste artigo. Partindo das categorias utilizadas por Habermas de sistema e mundo de vida, é possível reconhecer que a sociedade ocidental teve seus limites culturais transpostos em sua história recente. Quebrando um modelo de etapas dos movimentos sociais de Michels, em que cada movimento tem uma trajetória de um movimento de contestação para sua institucionalização,

Cohen vai admitir que nessa nova sociedade é possível construir uma trajetória para os movimentos sociais que fuja desse movimento linear, da mesma forma que suas transformações propostas podem ser absorvidas pelo sistema atual (COHEN, 2000, p. 615-8).

O sociólogo Alberto Melucci pode ser visto também como outro autor que apontou para um novo olhar sobre os movimentos sociais. Um ponto singular em seu trabalho foi o de observar que a sociedade capitalista e os conflitos de classe ainda eram categorias centrais para a análise desses movimentos. No entanto, o que o mesmo encarava como classes sociais era uma categoria em que o aspecto econômico era descolado de sua ação concreta. Dessa forma, via no marxismo uma limitação por prender-se a análise das classes pelo seu aspecto estrutural (MELUCCI, 1980, p. 200). Os “movimentos de classe” para Melucci não eram trabalhadores, ou burgueses, pequeno-burgueses ou camponeses. Sua nova interpretação dava ao sujeito da ação o status de classe.

O eixo da análise dos autores que citamos, contudo, não é tão nítido se não nos aprofundamos na discussão sobre que sociedade sustenta e comporta essas novas relações e conflitos sociais. Segundo Touraine, a modernidade é definida pela destruição das ordens antigas e pelo triunfo da racionalidade. Para ele, tal proposta perdeu sua força de libertação e de criação no história recente e, por conta disso, o mesmo busca uma nova definição de modernidade, sem a dualidade de racionalização e subjetivação (TOURAINÉ, 1994, p. 11-2).

O sociólogo francês rejeita a nomenclatura “sociedade pós-moderna”, no entanto, para afirmar que não vivemos na pós-modernidade como um todo, mas numa *sociedade pós-industrial* definida pela importância das indústrias culturais (saúde, educação, conflito), com um conflito central entre os aparelhos de produção cultural e a defesa do sujeito pessoal. E com um campo de ação cultural e social mais forte que na sociedade industrial (os novos movimentos sociais) (Idem, p. 13).

Como na sociedade moderna do século XIX se falava em progresso, na sociedade pós-industrial fala-se de sujeito. Na sociedade moderna, negava-se o tradicional a partir de um dualismo cristão. Depois da grande tentativa de unificar racionalização e subjetivação (comunismo). Hoje, uma crítica nova aponta os perigos do produtivismo e opõe subjetivação de racionalização. Definir sociedade pós-industrial é explicar as razões desse novo dualismo, dentro de seu contexto de crescimento das indústrias culturais (Idem, p. 258).

Touraine chama a sociedade pós-industrial de *sociedade programada*. A difusão maciça de bens culturais supera o lugar central ocupado pelos bens materiais na sociedade industrial. É a substituição da administração das coisas para o governo dos homens, e a resistência nela se dá pela afirmação do sujeito (Idem, p. 258-9).

Portanto, não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de

massa. As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas “mudar a vida” e defender direitos do homem (Idem, p. 260).

A oposição de Touraine aos movimentos sob o rótulo do leninismo se expressa na ação dos “sem documentos”, por exemplo, ou seja, na reivindicação de direitos sem “tomar o poder” ou romper com as instituições. Defesa que, portanto, aponta para uma reivindicação das instituições capazes de combinar a unidade da nação com a diversidade de interesses, valores e heranças (TOURAINÉ, 1999, p. 90).

A perspectiva do sociólogo é bem anti-nacionalista ao dizer que a cidadania não pode fundir identidades numa consciência nacional, mas sim aumentar a diversidade. Isso se choca com os novos movimentos sociais, como é o caso dos secundaristas de 1998, que ao contrário de quererem derrubar a sociedade, preferem lutar para participar dela mais amplamente. Para Touraine, isso sim é um movimento social novo, por ser uma afirmação positiva e de mudança cultural no espaço escolar (Idem, p. 91; 98-9).

Outro movimento social exaltado na perspectiva da sociedade pós-industrial é o movimento feminista. Segundo Jean Cohen, ao invés de se adequar ao modelo linear de desenvolvimento moderno dos movimentos sociais, o feminismo “recorreu alternadamente a ação de massas e a pressão política, dependendo das oportunidades políticas disponíveis e do tema que era tratado” (COHEN, 2000, p. 617). Isso se materializava em exemplos como a luta pela legalização do aborto. Trata-se de uma luta que começa nas Cortes estadunidenses e partidos políticos europeus, mas que suscitou um debate das definições tradicionais do papel da mulher na sociedade (Idem, p. 618).

Portanto, uma reforma legal e inclusão política da mulher é insuficiente para definir e assegurar o êxito da luta desse movimento social, fugindo do caminho comum da modernidade progressista e racionalista. Em contrapartida, os movimentos sociais não cumprem tampouco para Cohen o papel de ruptura com o sistema político, mas sim de agente na busca da democratização de valores, normas e instituições. Uma mudança na cultura política. Os direitos institucionalizados, nesse sentido, podem ser importantes pontos de apoio e catalizadores para as lutas contemporâneas por direitos.

Alberto Melucci corrobora com a tese de Cohen e Touraine sobre o novo papel dos movimentos sociais. Estes estariam, para o intelectual italiano, lutando pela reapropriação do tempo, espaço, e das relações cotidianas entre os indivíduos. Os novos conflitos não estão manifestados pela ação de uma única classe, sem perder sua característica de luta de classes. No entanto, a apropriação das diversas identidades é a chave para a compreensão dos novos movimentos sociais.

A partir do raciocínio desses autores, a nova sociedade ocidental, programada ou pós-industrial embasa novas interpretações sobre as relações sociais, conflitos e ações coletivas. Os

novos movimentos sociais respondem a esse novo cenário e são protagonistas do mesmo justamente por isso. Nossa proposta reconhece que devemos partir de um debate sobre essa sociedade para confirmar ou reprová-la as hipóteses sobre a caracterização e papel dos chamados novos movimentos sociais.

Retomando o debate de Fredric Jameson, o capitalismo não só persiste, como o aspecto econômico do mesmo tomou conta de sua expressão cultural de forma plena. Reconhece que o período identificado por Touraine como sociedade programada, de fato, contém novos elementos sociais, culturais e econômicos. A expressão *capitalismo tardio*, inicialmente usado por Adorno a partir do aumento da rede de controle burocrático e a interpenetração de governo e big business, é amplamente empregado hoje com a visão de um sistema capitalista distinto do imperialismo, marcado pela rivalidade entre potências coloniais. Identificado com Marx, no *Grundrisse*, que afirmou que o “mercado mundial” é o horizonte último do capitalismo, esse conceito passa por interpretar o tempo presente por uma idéia de continuidade e não ruptura com a modernidade, ao contrário do termo “sociedade pós-industrial”. Como características temos:

“(...) as empresas transnacionais, uma nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e da bolsa de valores, novas formas de inter-relacionamento das mídias, computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, ao lado das consequências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos yuppies e a aristocratização em escala agora global. (...)” (JAMESON, 1991, p. 22).

O pós-modernismo na visão de Jameson é real, mas não é uma ruptura com o capitalismo, e sim o surgimento de novas formas de expressão cultural, do terceiro momento do capitalismo. Ernest Mandel, economista marxista belga, considera que esse terceiro estágio foi viabilizado ao final da Segunda Guerra Mundial, tendo também o efeito de reorganizar as relações internacionais, acelerar a descolonização e lançar as bases para a emergência de um novo sistema econômico mundial. Desse modo, a preparação econômica para o pós-modernismo, ou do capitalismo tardio, começou nos anos 50, depois que a falta de bens de consumo e de peças de reposição da época da guerra tinha sido solucionada e novos produtos e novas tecnologias (principalmente a mídia) puderam ser introduzidos. Nos anos 60, com a quebra radical das novas gerações nos costumes, completou-se e justificou-se a era pós-moderna. O curto “século americano” (1945-1973) foi a estufa, portanto, para o desenvolvimento de formas culturais do pós-modernismo. E o sistema econômico e a “estrutura de sentimento” cultural se cristalizaram com o grande choque da crise de 1973 (Idem, p. 23-24).

Como último comentário, ressaltamos que Jameson aponta para o uso do termo *capitalismo tardio* de forma identificada com a esquerda e o marxismo. Esclarece que o termo “tardio” não quer

dizer envelhecimento ou fim, mas sim a expressão de um período marcado por transformações menos perceptíveis, menos dramáticas e mais permanentes, precisamente por serem abrangentes e difusas. Isso significa que a expressão *capitalismo tardio* traz também a sua outra metade, a cultural, sendo tradução e índice temporal de mudanças nas esferas do cotidiano e da cultura, eclipsando a distinção de base e estrutura, característica forte do pós-modernismo. É a ilusão de que nesse estágio do capitalismo pode ser gerado superestrutura através de um novo tipo de dinâmica, que trata os fenômenos culturais no mínimo em termos de *business*, se não nos termos da economia política, descolados de uma infra-estrutura (Idem, p. 24-25).

O marxismo e socialismo de José Carlos Mariátegui

Abordaremos agora a contribuição do jornalista e pensador peruano José Carlos Mariátegui para a análise de sociedade do Peru no período anterior a terceira revolução industrial no mundo. Os leitores podem encarar com desconfiança a tentativa de diálogo aqui entre autores que abordam objetos e recortes cronológicos distintos. Ao contrário, nosso raciocínio é explorar com o trabalho do autor peruano como é possível abordar o capitalismo mundial, partindo de experiências concretas nacionais (como admite fazer Touraine e outros), apontando para conclusões bem diferenciadas dos autores citados dos novos movimentos sociais.

Mariátegui nasceu no dia 14 de junho de 1884, em Moquegua e morreu em Lima no dia 16 de abril de 1930. Sua biografia faz parte de um momento muito importante da história peruana e que, segundo o sociólogo peruano Anibal Quijano, pode ser considerado “como uma autêntica ponte histórica entre a sociedade colonial e a atual” (MARIATEGUI, 2007, p. XI). Isso pode ser dito, pois foi nesse período que, na história do Peru, ocorreu uma combinação da herança colonial com o desenvolvimento capitalista industrial (na modalidade de capital monopolista). O nascimento de Mariátegui ocorre uma década depois da derrota do Peru para o Chile, confronto que desestabilizou politicamente o país e deixou o Estado desestruturado, permitindo que o mesmo fosse gerido por uma espécie de caudilhagem militar. As camadas médias urbanas e os núcleos burgueses sustentaram regimes militares, especialmente depois do assassinato de seu principal dirigente, Manuel Pardo, em 1878. Isso durou até 1895, quando houve uma relativa retomada econômica da burguesia e, unido a um descontentamento popular com o autoritarismo militar, se instalou um regime que durou até 1919 (iniciado pelo governo Piérola) (Idem).

O cenário mundial do mesmo período é marcado pela expansão imperialista do capital monopolista e as disputas entre Estados Unidos e Inglaterra, pelo domínio na América Latina em especial. No Peru, as relações econômicas eram basicamente pré-capitalistas, ainda que dependentes do capital comercial. Havia presente uma burguesia latifundiária diferente dos senhores feudais e

das comunidades agrárias independentes. A precariedade do Estado, portanto, não é só fruto da guerra, mas da fragilidade e dispersão da burguesia local (Idem, p. XII-XIII)

A combinação entre a história local e mundial ocorre com dominação da segunda sobre a primeira, com destaque de três processos no período da vida de Mariátegui: 1) A implantação do capital monopolista no Peru utilizando as relações pré-capitalistas; 2) a reconstrução dos movimentos sociais; 3) uma renovação do debate ideológico entre as classes dominantes até 1919, e depois com classes médias e exploradas (Idem, p. XIII).

Segundo Mariátegui, com a colonização ibérica no Peru houve a destruição de uma economia classificava pelo mesmo como “comunista Inca”, que tinha méritos de superar o individualismo e ser sustentável. Séculos depois, as idéias liberais entraram na América do Sul com facilidade, visto que a política mercantilista estava desgastada pela fragilidade da própria economia espanhola frente a inglesa (Idem, p. 134-9).

A principal consequência da intervenção cultural liberal foi a formação de uma burguesia peruana, no final do século XIX com comércio litorâneo de “guano” e “salitre”, depois algodão. No entanto, essa burguesia não tinha capacidade de impulsionar uma “revolução industrial”, pois era dependente do capital internacional (importadora), da produção industrial estudunidense e britânica. Por isso mesmo, não estava interessada ou condicionada a modernizar o Estado, nem acabar com as relações pré-capitalistas do campo (e liberar mão-de-obra para industrialização) (Idem, p. XIV).

Para Mariátegui, outro fator importante para compreender a formação econômica e social do Peru foi a geografia. A distância entre o Peru e Europa dificultou seu comércio. Com a evolução para o “guano” e “salitre”, a economia mudou e o processo histórico também. A comercialização destes produtos sustentou por muito tempo a economia peruana, como dissemos, após a entrada do liberalismo, de forte dependência dos britânicos, mas cuja extração era baseada numa propriedade de caráter aristocrático e feudal. Era uma economia fundamentalmente costeira, ao contrário da exploração de ouro e prata, mais interiorizada. A produção de guano e salitre foi um passo decisivo de transição de um economia feudal para burguesa no Peru (Idem, p. 140-3).

O jornalista peruano ressaltou também que, depois da derrota na guerra contra o Chile, houve a perda no país de suas principais fontes de riqueza, um colapso na economia nacional. Isso foi seguido por governo militares alinhados com uma política econômica latifundiária e um desinteresse pelo desenvolvimento, expresso pela concessão monopolista a Inglaterra da construção de suas ferrovias (Idem, p. 143-7).

Os grupos mais poderosos da burguesia, influenciados por uma ideologia positivista, mobilizaram-se por um projeto de desenvolvimento nacional, materializado no Partido Civil, em 1871, levando Manuel Pardo ao poder em 1872. Tal governo tinha proposta de reforma educacional e administrativa, mas não conseguiu desenvolver o país e enfrentou uma grave crise. Com o conflito

com o Chile, enterrou suas possibilidades de mudança. Esse cenário foi sucedido (e permitiu) a implantação do capital monopolista no país. Uma dívida externa da guerra foi o canal para isso (Idem, p. XV-XVI).

Com o governo Piérola, voltado para atrair capitais estrangeiros, no período de 1885 a 1914 houve uma invasão do capital internacional e a consolidação de quatro grandes corporações, especialmente na área de infra-estrutura (ferrovias, eletricidade, petróleo, etc.), e depois da guerra, expandindo também sobre a indústria têxtil, e assim, consolidando um vasto domínio sobre a economia peruana (Idem, XVI).

Com a ausência de um circuito interno de acumulação capaz de integrar as diferentes produções, o capital internacional articulou-se com o capital nacional por um circuito externo, que geraria mais-valia desses núcleos capitalistas. Isso subordinaria o desenvolvimento industrial interno aos interesses exportadores internacionais. O capital internacional, por isso, não teve nenhum interesse em desenvolver o capitalismo interno, utilizando as relações pré-capitalistas para ampliar sua taxa de lucro (Idem, p. XVII-XVIII)

Uma consequência disso foi a ampliação da grande propriedade rural. Parte dessa classe converteria-se posteriormente a burguesia comercial, dominando algumas zonas no Peru. Isso reativou, de certa forma, o mercado interno que passou a servir de correia de transmissão entre a produção não capitalista e o capital monopolista, formando uma pequena camada média urbana (Idem, p. XIX).

A burguesia comercial passou para uma prática capitalista sem ser uma classe nacional dominante, sendo apêndice semicolonial da burguesia imperialista. Mesmo assim se enriqueceu e tomou conta aos poucos da estrutura econômica do país. Com a dominação consolidada pelos EUA no Peru pós-I Guerra (superando os britânicos), as frações da burguesia mais pró-imperialistas assumiram a direção da classe e do Estado, em detrimento dos setores nacionalistas burgueses (Idem, p. XX-XXI).

A preocupação de Mariátegui com essa evolução econômica do Peru foi imprescindível para que o mesmo fosse capaz de identificar o sujeito revolucionário de seu país. Ao resgatar dentro da história peruana que a comunidade Inca foi destruída pela Conquista, o mesmo vai reconhecer que a questão indígena não tinha sido tratada até então como elemento de análise necessário para a formulação de um projeto socialista no país (Idem, p. 153-7).

No Peru do governo Lúguia (a partir de 1919), movimentos em defesa da causa indígena se impulsionaram, envolvendo um amplo campo político. Mariátegui tem uma preocupação grande em não tratar a questão indígena como uma mera questão moral (humanitária), considerando uma visão liberal dessa questão, e que servem a um propósito imperialista, que os colocam como raça inferior e estimulam sua degeneração (miscigenação) racial (Idem, p. 158). Essa preocupação tem como

pano de fundo uma análise crítica sobre o racionalismo e a perspectiva idealista de progresso. Assim como Alian Touraine, a visão do autor peruano colocou um projeto de sociedade que negava uma proposta extremamente difundida pela ótica da modernidade.

Quando levanta a questão indígena, Mariátegui os vê como parte de uma solução futura. Isso se expressa em seu debate sobre a questão agrária no Peru. O intelectual marxista recusou-se debater a questão agrária como meramente administrativa, moral e étnica sem sua relação intrínseca com a questão econômica. Seu debate sobre esse tema apontou para a defesa do direito a terra ao índio antes do direito ao amor, educação, cultura e progresso (Idem, p. 166).

As raízes históricas comunistas incas seriam parte da resposta para uma deformação, do ponto de vista liberal, da economia peruana industrializada. Ao contrário do desenvolvimento socialista esperado, após um desenvolvimento pleno do capitalismo, de sua industrialização, da formação de uma forte burguesia e, conseqüentemente, um forte proletariado, o Peru caminhava num sentido diferente, aspecto percebido a partir de uma cuidadosa análise de sua formação econômica, feita por José Carlos Mariátegui. Em função da sobrevivência do que ele chamava de “socialismo prático” na cultura da vida indígena, para ele não cabia no Peru uma solução individualista de reforma agrária (Idem, p. 168), liberal, mas sim um projeto socialista, porém não uma cópia das experiências européias, e sim fruto de experiências concretas do país.

Ao contrário do desenvolvimento europeu, o período de ascensão das lutas contra a dominação capitalista imperialista se deu num período em que o Peru possuía apenas cerca de 20% de sua população operária (ESCORSIM, 2006, p. 26). Nesse cenário, a formação social peruana era de uma camada urbana reduzida, fundamentalmente de uma pequena burguesia, apoiadora do governo Léguia, que foi inicialmente uma democracia representativa, para depois se transformar numa ditadura.

A formação social peruana era, portanto, de forte componente rural, uma recente classe operária reduzida e uma frágil burguesia nacional nas primeiras décadas do século XX. Por mais que a pequena burguesia urbana fosse comovida pelos ideais liberais, diante desse quadro, os estudantes universitários tiveram importante papel no combate ao imperialismo. A luta deste setor era por uma Reforma Universitária no início, que transpôs essa causa aparentemente específica, para pautar “exigências políticas e sociais que diziam respeito aos trabalhadores e grupos subalternos urbanos” (Idem, p. 25). Desse ponto foi possível uma aliança entre os estudantes e o movimento operário. Mesmo sendo reduzido, o movimento operário teve papel protagonista nas lutas sociais do Peru após a primeira guerra mundial (de 1918 em diante, portanto).

No entanto, é preciso ressaltar que os trabalhadores peruanos não tinham qualquer histórico de lutas, ou referência num projeto de auto-organização da classe, aos moldes comunistas, naquele período. O sistema político do país era reduzido a expressões da oligarquia e interesses das elites.

Da década de 1920 em diante que seria possível a organização de partidos políticos modernos, até mesmo de trabalhadores.

Nesse contexto, o caminho natural para os comunistas deveria ser a proposta desenvolvimentista. Promover a industrialização plena, de diversos setores, ampliar a classe operária, garantir uma forte infra-estrutura, assim como um projeto nacional forte pareciam bandeiras destinadas aos intelectuais e militantes presos no chamado paradigma moderno, o qual também estão incluídos os comunistas.

Entretanto, tendo observado que o desenvolvimento capitalista no Peru fortaleceria ainda mais o imperialismo norte-americano, Mariátegui apontou para a bandeira anti-imperialista como forma de uma unidade ampla contra o capitalismo peruano. Ao contrário de muitos partidários da aliança com uma possível burguesia nacional para enfrentar os EUA, o intelectual peruano afirmou no documento *Ponto de vista antiimperialista*, que “as burguesias nacionais, que vêm na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional” (LOWY, 2006, p. 114).

Seguindo o documento citado acima, encontramos a razão para questionar uma proposta nacionalista:

“(...) O capital financeiro sentir-se-á mais seguro se o poder estiver em mãos de uma classe social mais numerosa que, satisfazendo certas reivindicações mais prementes e atrapalhando a orientação classista das massas, estará em melhores condições de defender os interesses do capitalismo, de ser seu custódio e servo, que a velha e odiada classe feudal. A criação da pequena propriedade, a desapropriação dos latifúndios, o fim dos privilégios feudais não são contrários aos interesses do imperialismo (...)”. (LOWY, 2006, p. 118)

Em resumo, o plano de José Carlos Mariátegui para o Peru não passava pelo que Alain Touraine, Alberto Melucci e Jean Cohen, além de outros autores norte-americanos e europeus do meio para o final do século XX, vão classificar como comunista ou socialista. Sua proposta de socialismo resgata práticas agrárias e um modo de produção arcaico, ignora uma formação industrial tipicamente europeia e admite uma ruptura com o capitalismo a partir da luta anti-imperialista peruana. Sua proposta de superação do moderno não passa por uma afirmação de seus princípios ideológicos e filosóficos, expressos pelo paradigma liberal.

Internacionalismo metodológico: crítica da crítica ao marxismo

O que, por outro lado, Mariátegui preserva de uma análise marxista é seu método de análise, considerando as condições materiais como peça-chave (mesmo não sendo o único elemento), para

tirar conclusões sobre como analisar as ações coletivas na sociedade peruana, e na América Latina. Além disso, adere ao que o cientista político Álvaro Bianchi define como *internacionalismo metodológico*, conceito analisado pelo cientista político a partir da teoria revolucionária de Leon Trotsky. Dois elementos fundamentais estão presentes do comunista peruano, assim como do revolucionário russo, que demonstram um ponto de vista sobre a construção do socialismo distinta do que foi interpretado como marxista, pela visão dos autores da “sociedade pós-industrial”.

O primeiro é a adesão de ambos ao que ficou conhecido como *teoria da revolução permanente*. Em linhas gerais, a partir de uma análise de uma determinada realidade nacional, de suas forças sociais e suas condições socio-econômicas, culturais e políticas, afirmava-se que a revolução burguesa e democrática não passava mais pela burguesia, mas sim pela classe trabalhadora. No caso peruano, assim como o russo, isso tinha intrínseca relação com a fragilidade da classe burguesa nos respectivos países, e seu papel político reacionário, e não mais revolucionário:

“(...) a previsão da ditadura do proletariado decorre aqui, precisamente, da revolução burguesa e democrática (...) É por isso que a revolução se chama permanente. Mas a ditadura do proletariado não surge, como afirma Radek, depois de realizada a revolução democrática. Nesse caso ela simplesmente não surgiria, porque num país atrasado como a Rússia, o proletariado pouco numeroso não teria qualquer chance de chegar ao poder se as reivindicações camponesas tivessem sido satisfeitas na etapa precedente. Ao contrário, a ditadura do proletariado parecia possível e até inevitável no terreno da revolução burguesa exatamente porque não existia outra força capaz de atingir os objetivos da revolução agrária. Ao mesmo tempo, isso abria a perspectiva de transformação da revolução democrática em revolução socialista. (...)” (TROTSKY, 2011, p. 205)

Em sua obra prima, *Os sete ensaios sobre a realidade peruana*, quando o mesmo debate a questão do índio, resume e define que o caminho da revolução criticando no mesmo ponto de Trotsky a necessidade de uma etapa democrática dirigida pela burguesia nacional:

“(...) A liquidação do gamonalismo, ou da feudalidade, podia ter sido realizada pela República dentro dos princípios liberais e capitalistas. Mas pelas razões que já destaquei, estes princípios não tem dirigido efetiva e plenamente nosso processo histórico. Sabotados pela própria classe encarregada de aplicá-los, durante mais de um século tem sido impotentes para redimir o índio de uma servidão que constituía um eixo absolutamente solidário com o da feudalidade. Não é o caso de esperar que hoje, que estes princípios em crise no mundo, adquiriram repentinamente no Peru uma insólita vitalidade criadora.

O pensamento revolucionário, e até mesmo o reformista, não pode ser já liberal sem ser socialista. O socialismo aparece em nossa história não por uma razão de azar, de imitação de moda, como espíritos superficiais supõem, mas sim como uma fatalidade histórica. E entretanto, de um lado, ao professar o socialismo propugnamos logicamente e coerentemente a reorganização do país sobre bases socialistas e - constatando que o regime econômico e político que combatemos se converteu gradualmente em uma força de colonização do país para os capitalismo imperialistas estrangeiros -, proclamamos que este é um instante de nossa história em que não é possível ser efetivamente nacionalista e revolucionário sem ser socialista, de outro lado não existe no Peru, como não existiu nunca, uma burguesia progressista, com sentido nacional, que se pronuncie liberal e democrática e que inspire sua política nos postulados de sua doutrina. (...)” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 28)

O segundo ponto que ressaltamos para identificar o pensamento dos autores marxistas peruano e russo é a perspectiva internacionalista de ambos. Trotsky e Mariátegui rejeitavam olhar sua realidade nacional fechada em si mesma. Especialmente pela ocorrência do fenômeno do imperialismo, suas respectivas análises sobre as realidades de seus países impediam que as mesmas contassem com os elementos metodológicos centrais da teoria marxista, isolando seus países numa análise estritamente nacional. Trotsky já em 1905, dizia:

“(...) O capitalismo, ao impor a todos os países seu modo de economia e de comércio, converteu o mundo inteiro em seu único organismo econômico e político. (...) Se o proletariado russo, tendo conseguido temporariamente o poder, não transporta por iniciativa própria a revolução para a Europa, então a reação feudal burguesa europeia o obrigará a fazê-lo. (...)” (TROTSKY, 2011, p. 122-3)

Já Mariátegui, décadas depois teria percepção semelhante, justificando o internacionalismo socialista a partir do que ele chama de “internacionalismo burguês”:

“(...) O internacionalismo não é uma corrente novíssima. Há um século, aproximadamente, nota-se na civilização européia a tendência a preparar uma organização internacional da humanidade. O internacionalismo tampouco é uma corrente exclusivamente revolucionária. Há um internacionalismo socialista e um internacionalismo burguês, o que não tem nada de absurdo ou de contraditório. (...) O Estado liberal emancipou a indústria e o comércio dos entraves feudais e absolutistas. Os interesses capitalistas se desenvolveram independentemente do crescimento da nação. A nação, finalmente, não podia contê-los dentro das suas fronteiras. (...)” (MARIATEGUI, 2005, p. 37)

A defesa do internacionalismo tanto de Mariátegui quanto de Trotsky não se prendiam a esfera política e militante. Mas sim “de uma concepção da história e da política que encerra uma dimensão metodológica profundamente internacionalista” (BIANCHI, 2007, p. 62). Bianchi explorou essa dimensão especificamente na obra de Trotsky, no entanto, pela análise da obra do marxista peruano, podemos enxergar esse mesmo viés de análise sobre a realidade.

Na Rússia e no Peru do início do século XX havia uma “heterogeneidade espacial do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo”. O desenvolvimento das forças produtivas destes países não respeitava a dimensão do Estado-nação, “era estabelecida internacionalmente levando em consideração a dimensão espacial do capital” (Idem, p. 63). Isso não quer dizer que a dimensão nacional era irrelevante para as análises de Mariátegui e Trotsky. Ao contrário, com a dimensão internacionalista metodológica a contradição das relações de produção com as forças produtivas fica ainda mais clara. O imperialismo exerce seu papel dominante com a mediação do Estado-nação, subordinado ao capital internacional (Idem, p. 66).

Portanto, o choque entre o “moderno e o arcaico” que justificava o “atraso” russo e peruano ficou distante de uma perspectiva idealizada de modernidade. Pela referência do debate da realidade russa, Bianchi decreta:

“(…) Essa dialética do arcaico e do moderno, do passado e do presente, do ultrapassado e do contemporâneo, do velho e do novo, do particular e do semelhante encontra-se fundada na contradição que se estabelecia entre as forças internas do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as forças externas a esta. A categoria da totalidade era, assim, incorporada por Trotsky na análise do processo histórico (cf. AVENAS, 1983 e LÖWY, 1998). O lento desenvolvimento das forças produtivas locais e a consequente precariedade das bases materiais para a formação das classes modernas, por um lado; e, por outro, sua inserção no sistema político e econômico do capitalismo mundial. (...) (Idem, p. 66-7)

Por tudo que já analisamos da obra de José Carlos Mariátegui, podemos apontar uma forte convergência desta perspectiva com a de Leon Trotsky analisada por Álvaro Bianchi.

Segundo Alain Touraine, “nenhum tema provoca mais emoção na juventude como o de solidariedade para com os povos mais pobres e para com as vítimas da segregação e intolerância” (TOURAINÉ, 1994, p. 262). No entanto, o seu equívoco está na desconsideração desse tema para interpretação da realidade, segundo ele, pós-industrial.

O que Touraine chama de pós-modernismo rejeita a profundidade, forma a cultura do consumo, separando sinais e sentidos. O que se opõe a esse universo de sinais é a busca de um sentido que não deve mais remeter à natureza mas ao sujeito. Sujeito e mundo dos objetos estão na mesma relação de oposição entre capital e trabalho (Idem, p. 266-7).

Essa consideração corrobora com a tese de Fredric Jameson sobre os pós-modernos. Uma característica relevante da teoria do pós-modernismo é o modo pelo qual qualquer observação virtual sobre o presente pode ser mobilizada para se investigar o próprio presente. Tal desejo, de apelar para qualquer elemento virtual do presente com o intuito de provar que este é um tempo singular, busca o completo esquecimento do passado pela contemplação vazia de um presente esquizofrênico, incomparável por definição. Uma ruptura ou continuidade não pode ser justificado empiricamente, visto que isso é um ato narrativo que embasa a percepção de eventos a serem narrados. (JAMESON, 1991, p. 16)

A falta de perspectiva internacionalista em Touraine e outros autores (assim como Alberto Melucci e Jean Cohen) os inviabiliza de observar a realidade mundial das décadas de 60 em diante no século XX como o de consolidação de um modo de produção, e consequentemente de uma relação estrutural que os mesmos tratariam como menos relevante desde então, em escala mundial. Sim, podemos afirmar que o mundo que vivíamos a partir dessa época já não era o mesmo, mas suas mudanças reforçavam a contradição capital-trabalho como sendo fundamental para sua reprodução, ao contrário das afirmações dos intelectuais dos novos movimentos sociais.

O erro mais grave, no entanto, foi criticar o marxismo o tomando por uma análise dogmática e mecanicista, nada identificada com as idéias originais de Marx e muito menos com a de intelectuais deste campo importantes que, com o desenvolvimento do imperialismo, souberam

apontar novas formas de interpretação da realidade que davam respostas marxistas nada presas ao idealismo moderno tanto criticado por Touraine e cia.

Se cabe uma consideração sobre o apego a estrutura e a dimensão econômica exagerado, apontamos isso para o próprio Touraine. Ao afirmar que para entender a sociedade pós-industrial é preciso desligar-se de uma “situação histórica global” (Idem, 1983, p. 5), deixa passar o seu aspecto mais importante, sua internacionalização. Portanto, não é fugindo das relações econômicas que o sociólogo francês se afasta das análises marxistas de Mariátegui, mas retirando dessas análises seu contexto político e histórico mundial.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Álvaro. *O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica*. Campinas: Idéias, 2007.

COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução (para o espanhol): Roberto Reyes Mazzoni. México, D.F., Fondo de cultura econômica, 2000.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LOWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

_____. *Por um socialismo indo-americano*. Tradução: Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. *Peruanicemos al Perú*. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2007.

MELLUCI, Alberto. *The new social movements: a theoretical approach*. London, Social Science Information, 1980.

TOURAINÉ, Alain. *An introduction to the study of social movements*. Social Research, vol. 52, No. 4, 1985.

_____. *Crítica à modernidade*. Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. 7 ed. 2002.

_____. *O pós-socialismo*. Tradução: Sonia Goldfeder e Ramon Americo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos*. São Paulo: Revista Lua Nova, No 17, 1989.

TROTSKY, Leon. *A teoria da revolução permanente*. Diego Siqueira e Herminio Sacchetta. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2010.